

Diagnóstico: Acolhimento e Proteção às Vítimas de Violência

Subsídios Estratégicos para o PGA 2026-2027



APRESENTAÇÃO

O documento apresenta um **diagnóstico detalhado realizado pelo Ministério Público do Estado do Ceará** sobre as demandas, fragilidades e potencialidades das Promotorias de Justiça no **acolhimento e proteção às vítimas de violência**, área de atuação reconhecidamente **transversal** às esferas criminal, infância e juventude, família, direitos humanos, júri e controle externo. A análise foi construída a partir das respostas objetivas e abertas coletadas por meio de formulário institucional, refletindo percepções concretas da atuação na capital e, sobretudo, no interior do Estado.

Os dados evidenciam que **violência sexual (especialmente contra crianças e adolescentes)**, **fragilidade da rede de proteção**, **revitimização institucional**, **déficit de apoio psicossocial** e **ausência de fluxos padronizados** figuram como as **maiores prioridades**, revelando a necessidade de uma atuação mais estruturada, integrada e previsível. As respostas indicam esforço e protagonismo individual de membros e servidores, mas também apontam dependência excessiva de iniciativas isoladas, o que gera desigualdade territorial e insegurança para as vítimas.

Os resultados mostram que há **experiências relevantes e boas práticas locais**, bem como interface já existente com o NUAUV em parte das unidades, mas indicam **baixa institucionalização dessas práticas**, lacunas na comunicação interna e externa e dificuldades mais acentuadas no **interior do Estado**, onde a distância dos polos de atendimento e a insuficiência da rede ampliam os riscos de invisibilidade e desistência das vítimas.

Este diagnóstico tem por objetivo **oferecer subsídios técnicos e analíticos para a elaboração do Plano Geral de Atuação do MPCE para o biênio 2026–2027**, instrumento central do planejamento institucional, contribuindo para a definição de prioridades, indução de projetos estruturantes e alinhamento da atuação ministerial às demandas reais identificadas nas Promotorias de Justiça.

METODOLOGIA

Inicialmente foi elaborado um inventário de macro temas junto ao Centro de Apoio que delimitariam o formulário de levantamento de informações do diagnóstico.

O formulário para diagnóstico foi criado no Microsoft Forms (Microsoft 365) e distribuído eletronicamente a todas as Promotorias de Justiça do estado do Ceará, focando temáticas de **VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA** e atuação transversal.

A coleta ocorreu em MAIO de 2026, com perguntas mistas (seleção múltipla, escalas 1-5, abertas).

Os dados do formulário foram analisados isoladamente e posteriormente por meio de análises cruzadas e por matriz SWOT. Por meio dessa análise, foram constatadas a

necessidade de iniciativas que potencializassem a atuação ministerial frente à matriz SWOT analisada.

Por fim, essas iniciativas serão agrupadas em PROGRAMAS TEMÁTICOS para compor a elaboração do PGA 26-27 e do Mapa Setorial, e ainda, pormenorizadas para compor o Plano de Atuação do CAO.

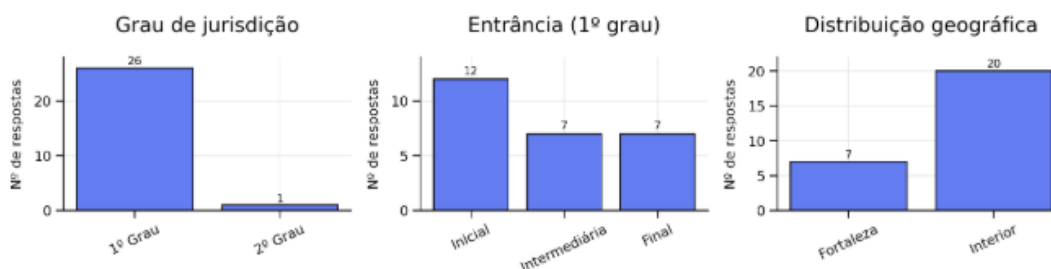
PERFIL DAS RESPOSTAS

Sob o prisma da **representatividade**, o conjunto de 27 respostas deve ser compreendido como **amostra qualitativa e estratégica**, e não estatisticamente representativa do universo institucional.

O percentual de respostas é reduzido em termos quantitativos. Ainda assim, o perfil dos respondentes revela elevado grau de aderência temática: a maioria atua em áreas finalísticas sensíveis, relata experiências concretas de acolhimento, proteção e revitimização e descreve, com riqueza de detalhes, fragilidades estruturais, fluxos inexistentes ou precários e déficits de capacitação da rede, o que confere **densidade qualitativa** ao material analisado. Nesse sentido, embora o número de respostas não permita generalizações amplas sobre todo o MPCE, os dados são **altamente indicativos** das condições enfrentadas por promotorias que estão na linha de frente do atendimento às vítimas, sobretudo no interior e nas entrâncias iniciais. Assim, o perfil das respostas, embora limitado em escala, é **coerente, relevante e funcional** para subsidiar um diagnóstico institucional voltado à definição de prioridades estratégicas no PGA 2026–2027.

Foram registradas **27 respostas únicas**. A participação concentrou-se no **1º Grau (26/27)**, com apenas **1 resposta do 2º Grau**, indicando que a percepção captada reflete majoritariamente a ponta operacional e territorial da atuação.

Dentro do conjunto de respondentes do 1º Grau, há predomínio de **unidades de Entrância Inicial (12)**, seguidas por **Intermediária (7)** e **Final (7)** (totalizando 26, o que é consistente com a exclusão prática do 2º Grau desse recorte). Esse perfil é relevante porque privilegia comarcas e promotorias que tipicamente operam com maior capilaridade e, conforme os próprios relatos, enfrentam mais limitações de rede, estrutura e fluxos padronizados no acolhimento.



**MPCE**Ministério Público
do Estado do Ceará**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

Quanto à **distribuição geográfica**, observa-se maior participação do **interior (20/27)**, frente a **Fortaleza (7/27)**. Em termos de **representatividade**, trata-se de um volume pequeno diante do universo de promotorias, o que limita inferências generalizáveis; ainda assim, o perfil obtido é **coerente com a linha de frente** (predomínio de 1º Grau e Entrância Inicial) e útil para diagnóstico, desde que tratado como amostra indicativa e qualitativa.

PRINCIPAIS TEMAS

Temas de Atuação (% menções)

Para identificação dos **temas de alta demanda**, foi utilizado o critério daqueles **mencionados direta ou indiretamente por ≥30% das respostas** (critério técnico adequado ao tamanho da amostra: ≥8 respostas em 27).



Violência sexual

A **violência sexual** é o tema de maior recorrência em todo o levantamento, aparecendo de forma explícita nas frentes de atuação demandadas, nas prioridades temáticas para o biênio 2026–2027, nos temas sensíveis de alta demanda e nas observações finais. O tema é mencionado por **mais de 40% das respostas**, com forte ênfase na **violência sexual contra crianças e adolescentes**, incluindo dificuldades na escuta especializada, demora no depoimento especial, insuficiência de equipes capacitadas e fragilidade da rede protetiva local. Trata-se de um eixo transversal, citado tanto por promotorias criminais quanto por unidades com atuação em infância, família e júri, indicando pressão institucional contínua e necessidade de respostas estruturadas.

I – Justificativa: A violência sexual é a frente mais recorrente (p.ex., “Violência sexual” lidera as frentes demandadas nos gráficos) e, nas respostas abertas, aparece associada a falhas de acolhimento imediato, falta de espaços adequados (delegacias sem

estrutura/privacidade), ausência de autoridade feminina, e **déficit de capacitação da rede** em escuta especializada; também há menção à **demora do TJCE** para depoimento especial. Evidências: relatos de inexistência de acolhimento adequado em território distante de polo (Jericoacoara/Sobral), rede municipal “não tem noção” de escuta especializada, delegacia sem espaço apropriado e sem autoridade feminina.

II – Oportunidades de atuação: indução/implantação de **fluxos humanizados** para violência sexual; interiorização/apoio regional com “pontos de apoio” e atuação mais próxima; plano de capacitação replicável para rede (com exigência/indução para municípios investirem); padronização de orientação para reduzir revitimização e aumentar celeridade de escuta/depoimento.

Rede de proteção frágil + baixa intersectorialidade

A **insuficiência e desarticulação da rede de proteção** (saúde, assistência social, educação, segurança pública e sistema de justiça) constitui outro tema de alta demanda, presente em **aproximadamente 40% das respostas**. Os relatos apontam ausência ou precariedade de fluxos interinstitucionais, dificuldade de acesso a serviços psicossociais, baixa capilaridade dos equipamentos especializados no interior e dependência excessiva de iniciativas individuais. O tema surge de forma recorrente tanto nas “principais dificuldades enfrentadas pelas vítimas” quanto nas “políticas públicas ou fluxos que deveriam ser induzidos”, evidenciando um gargalo estrutural que ultrapassa a atuação isolada do MP.

I – Justificativa: As respostas abertas descrevem repetidamente **falta de integração** entre MP e rede (“fluxo entre saúde–ação social–polícias e MP”), demora/baixa resposta da rede e dificuldades para encaminhar/acompanhar vítimas, sobretudo no interior. Há indicação de centralização de serviços longe do território (dificultando acesso), e de vítimas que não sabem a quem recorrer (“ausência de conhecimento de qual órgão procurar”, “falta de informação”). Evidências concretas incluem pedidos de criação/fortalecimento de fluxos interinstitucionais permanentes e menções à dependência de iniciativas individuais.

II – Oportunidades de atuação: construir **protocolos integrados** e responsabilidades claras entre atores; pactuar canais de encaminhamento e resposta rápida; induzir fluxos regionais (polos) e rotinas mínimas; produzir “kits de atuação”/guias de rede; fomentar comunicação direta e coordenada para reduzir dispersão e perdas de acompanhamento.

Protocolos/fluxos padronizados e comunicação institucional (externa e interna no MPCE) para reduzir revitimização

A **revitimização das vítimas** no curso do atendimento e do processo judicial aparece como tema relevante em **mais de 30% das respostas**, associada à inexistência de **protocolos**

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

padronizados de acolhimento, comunicação fragmentada e repetição desnecessária de relatos. O problema é citado especialmente em contextos de violência sexual, violência doméstica e atuação no Tribunal do Júri, sendo agravado pela falta de integração entre áreas internas do MPCE e pela baixa previsibilidade dos encaminhamentos. O dado revela risco institucional direto à efetividade da proteção e à confiança das vítimas no sistema de justiça.

I – Justificativa: As respostas abertas evidenciam ausência de fluxos claros, comunicação fragmentada e risco de revitimização: falta de contato com vítima antes de audiências, dificuldade de obter informações/andamento, e necessidade de centralizar orientação em “ponto de referência”. Também surge um gargalo **intrainstitucional**: ausência de comunicação fluida entre áreas do MPCE que atendem vítimas, com sugestão explícita de “sistema de notificação interna” para dar visibilidade e permitir troca rápida de informações.

II – Oportunidades de atuação: desenhar e disseminar **protocolos mínimos** (acolhimento, escuta, encaminhamento e comunicação); criar canal de informação/orientação processual para vítimas; implementar mecanismo interno de aviso/registo de casos de vítimas atendidas (para integração entre áreas); definir rotinas de feedback NUAUV (inclusive aparece “demora no feedback” como problema) e padronizar comunicação para evitar repetição de relatos e perdas de confiança.

Apoio psicossocial insuficiente e acolhimento contínuo

O **déficit de atendimento psicossocial contínuo**, tanto para vítimas diretas quanto indiretas, constitui outro tema de alta demanda, mencionado por **cerca de um terço das respostas**. A carência é apontada antes, durante e após o processo judicial — com destaque para o Tribunal do Júri — e envolve falta de profissionais, inexistência de serviços especializados em muitas comarcas e dificuldade de acompanhamento prolongado. O tema aparece fortemente vinculado à desistência das vítimas, ao medo de represálias e à baixa adesão a programas de proteção.

I – Justificativa: Diversas respostas abertas apontam que vítimas desistem por **medo, falta de apoio psicológico** e inexistência de rede efetiva; também há demanda de acolhimento “antes, durante e após” o Júri e por maior transparência e orientação às famílias. Há relatos de dificuldade de contato prévio com vítimas/familiares por alta demanda e de necessidade de equipe multidisciplinar para explicar conjuntamente a situação. Evidências: “muitas vítimas desistem... por medo, falta de apoio psicológico”, “criação de canais de atendimento à vítima e familiares”, “atendimento psicológico às vítimas/familiares por parcerias”.

II – Oportunidades de atuação: estruturar/induzir **acolhimento psicossocial contínuo** (inclusive via parcerias locais citadas nas respostas); criar canal padronizado de contato com famílias (com profissionais capacitados); protocolos de comunicação humanizada no Júri; atuação NUAUVV como referência para encaminhamento e acompanhamento pós-evento crítico (absolvição/desclassificação, por exemplo, foi mencionado como ponto sensível).

Capacitação técnica insuficiente

A **necessidade de capacitação técnica** — especialmente em **escuta especializada, depoimento especial, atuação em rede e protocolos de acolhimento** — é mencionada por **mais de 30% dos respondentes**. O problema é atribuído tanto à ausência de formação contínua dos atores da rede municipal quanto às limitações de alcance das capacitações atualmente ofertadas. Esse tema aparece de forma consistente nas prioridades indicadas para apoio do NUAUVV e nas propostas de aprimoramento institucional, sinalizando demanda clara por indução estruturada no PGA 2026–2027.

Os temas de alta demanda identificados revelam **convergência diagnóstica**: violência sexual (especialmente infantojuvenil), fragilidade da rede, revitimização, insuficiência de apoio psicossocial e carência de capacitação estruturada. A recorrência desses eixos, mesmo em uma amostra limitada, indica **pressão institucional concentrada** justamente nas promotorias de maior capilaridade territorial, reforçando sua relevância estratégica para o NUAUVV e para a definição de prioridades do PGA 2026–2027.

**MPCE**Ministério Público
do Estado do Ceará**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

ANÁLISE SWOT (FOFA)

O Cenário em Quatro Dimensões

**Forças (O que temos)**

- Práticas locais consolidadas e inovadoras.
- Interface funcional já estabelecida com o NUAUVV em parte das unidades.

**Oportunidades (O que construir)**

- Padronização de fluxos transversais.
- Criação de pontos de apoio regionais.
- Capacitação estruturada em larga escala.

**Fraquezas (O que falta)**

- Baixa institucionalização das iniciativas.
- Ausência de protocolos padronizados de acolhimento.
- Limitações tecnológicas nas comarcas.

**Ameaças (O que nos desafia)**

- Subnotificação crônica e desistência por medo.
- Deslocamento forçado por facções criminosas.

AMEAÇAS

- **Subnotificação e barreiras à revelação/denúncia:** o formulário aponta **classificação com nota média 2,57** de 4 para subnotificação de violência sexual, indicando risco persistente de casos não chegarem ao sistema de justiça; as respostas abertas reforçam medo, constrangimento e ausência de acolhimento como fatores que desestimulam a vítima.
- **Contextos de violência ligada a facções e deslocamento forçado:** há respostas sobre **expulsão de famílias por organizações criminosas** (Sim 4; Não 7; Não é possível afirmar 3) e baixa articulação para reassentamento (Sim 2; Parcialmente 5; Não 7), com risco de agravamento do dano e invisibilidade institucional (média 2,14 de 4).
- **Violência institucional e baixa confiança na rede:** a existência/conhecimento de casos aparece dividido (Sim 4; Não 4; Não sei informar 6), e os órgãos mais citados em denúncias incluem **Polícia Militar (6)**, além de **Sistema de Justiça (4)** e **Educação (4)**, sinalizando risco de revitimização e ruptura de confiança no atendimento.
- **Dificuldade de efetivar proteção pessoal e adesão a programas:** embora 8 unidades indiquem já ter demandado/acompanho programas de proteção (Sim 8; Não 4; Não se aplica 2), as respostas abertas apontam entraves como falta de vagas, critérios e receio das vítimas em aderirem, o que ameaça a efetividade das medidas de segurança.

OPORTUNIDADES

- **Padronização e indução de fluxos/protocolos (violência sexual, júri, proteção):** “Protocolos e fluxos de acolhimento” aparece entre os instrumentos mais apontados como relevantes (**10 marcações**), junto com “Apoio em casos complexos” (**10**) e “Articulação da rede intersetorial” (**8**). Isso abre oportunidade concreta para o NUAUV liderar modelos mínimos replicáveis.
- **Capacitação estruturada e escalável da rede e do público interno:** “Capacitações técnicas” é recorrentemente indicada (**7 marcações** como instrumento relevante) e as respostas abertas descrevem déficits objetivos na rede (escuta especializada/depoimento especial), sugerindo oportunidade de ampliar formação, replicação e indução municipal.
- **Interiorização e pontos de apoio regionais:** as respostas abertas trazem evidência de centralização e distância de polos (ex.: referência longe do território), reforçando oportunidade de expandir presença/apoio regional e reduzir lacunas de acesso.
- **Integração informacional e canais de comunicação com vítimas/familiares:** as respostas abertas pedem “canal de atendimento” e comunicação direta/centralizada; nas necessidades tecnológicas aparecem “sistemas integrados” e “canais digitais rápidos”, sugerindo oportunidade de fortalecer governança de informação e atendimento para evitar comunicação fragmentada.

FORÇAS

- **Existência de unidades com atuação consolidada/estruturada e interface com o NUAUV:** há **14 respondentes** indicando interface/atuação direta com o NUAUV (**Sim 14; Não 13**) e, no recorte de maturidade, aparecem respostas em **Nível 3 (3)** e **Nível 4 (2)**, além de **5** indicando atuação especializada com bom nível de interação (perfil). Isso evidencia núcleos/boas práticas a serem replicadas.
- **Algun grau de fluxo já existente para violência sexual em parte dos respondentes:** no item “fluxo estruturado e humanizado” para acolhimento de violência sexual, há registros de **Sim 5** e **Parcialmente 8** (no conjunto que respondeu essa etapa), sugerindo base inicial para padronização/qualificação.
- **Atuação já acionando medidas protetivas/programas:** no item de programas de proteção, predomina **Sim 8**, indicando que parte das unidades já opera com esse recurso e pode apoiar a disseminação de fluxos e critérios.



FRAQUEZAS

- **Baixa estruturação institucional e dependência de iniciativas individuais:** nos níveis de estruturação da atuação conjunta com NUAUVV, predominam **Nível 1 (4)** e **Nível 2 (5)**, com menos respostas em Nível 3 (3) e Nível 4 (2). No perfil de atuação, há concentração em “atuação relevante, porém não estruturada” (7) e “atuação pontual” (2), evidenciando fragilidade de institucionalização.
- **Ausência/insuficiência de protocolos e baixa cultura de monitoramento:** “protocolos padronizados” aparece com **Sim 3; Parcialmente 6; Não 5** (entre os que responderam), indicando lacuna para padronização e consistência; isso se conecta à necessidade de fluxos e instrumentos de registro/indicadores citados nas respostas abertas.
- **Fragilidade da rede local e demora/insuficiência de respostas intersetoriais:** ainda que a intersetorialidade tenha média **3,07 de 4** no consolidado, as respostas abertas descrevem falta de integração, demora no atendimento/retorno e ausência de serviços especializados (psicossocial, espaços adequados), especialmente em comarcas do interior.
- **Limitações estruturais e tecnológicas em parte das comarcas:** nas respostas abertas surgem problemas como internet instável, falta de sistemas integrados e necessidade de canais digitais para acionar rede e orientar vítimas; isso fragiliza atendimento e acompanhamento contínuo.

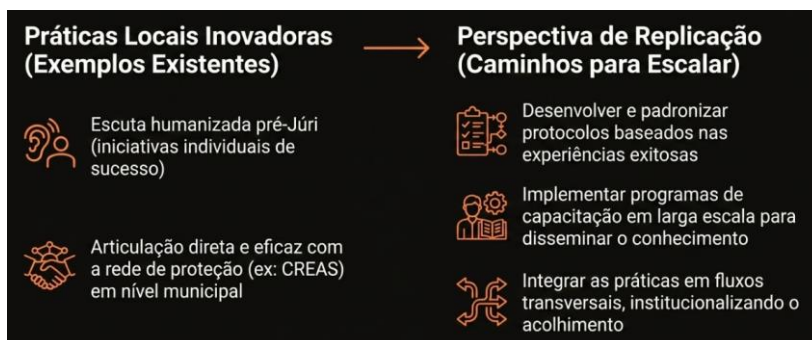
Boas Práticas Relatadas

As boas práticas identificadas **não configuram política institucional estruturada**, mas revelam **capacidade de inovação local, adaptação e protagonismo dos membros**, sobretudo em contextos de **escassez de recursos, baixa integração sistêmica e fragilidade da rede**. O diagnóstico evidencia que essas experiências pontuais, quando capturadas e sistematizadas, podem subsidiar a indução de fluxos, protocolos e modelos replicáveis no âmbito do NUAUVV e do PGA 2026–2027.

- **Contato prévio com vítimas e familiares antes do Júri**, por iniciativa do membro, para orientação, escuta e redução de ansiedade e revitimização.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- **Instauração de procedimento extrajudicial específico** para acompanhamento de vítimas e familiares, centralizando informações e encaminhamentos.
- **Comunicação direta e contínua com o NUAUVV**, acionando o núcleo em casos complexos ou sensíveis, sem depender de fluxos formais.
- **Articulação ativa com CREAS, Conselhos Tutelares e Assistência Social**, mesmo sem protocolo formal, para garantir acolhimento imediato.
- **Encaminhamento prioritário para atendimento psicossocial**, inclusive por meio de parcerias informais com rede municipal, saúde ou instituições de ensino.
- **Acompanhamento próximo de vítimas indiretas do Tribunal do Júri**, com foco em familiares de vítimas de homicídio e violência letal.
- **Atuação integrada entre áreas do MPCE (criminal, infância, direitos humanos)** quando há sensibilidade do caso, ainda que sem sistema institucionalizado.
- **Requisição e acompanhamento de medidas protetivas com monitoramento ativo**, buscando resposta mais célere das forças de segurança.
- **Orientação contínua às vítimas sobre direitos e andamento processual**, como estratégia para evitar desistência e retração.
- **Atuação pedagógica junto à rede local**, com sensibilização informal sobre escuta especializada e acolhimento humanizado.



As boas práticas relatadas **nascem da iniciativa individual** e do contexto local, indicando que o MPCE já dispõe, na prática, de **microexperiências exitosas**. O desafio institucional é **transformar, quando for necessário, exceção em regra**, reduzindo a dependência do esforço pessoal e ampliando o alcance dessas práticas por meio de indução, normatização e apoio estruturado do NUAUVV ou de seus CAOs.

Casos Emblemáticos Relevantes

- **Vila de Jericoacoara:** relato de inexistência de espaço adequado e atendimento humanizado às vítimas, com referência distante (Sobral, 150 km), comprometendo proteção imediata.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- **Expulsão de famílias por facções criminosas:** registros de deslocamento forçado, medo de represálias e dificuldade de reassentamento e proteção contínua das vítimas.
- **Vítimas indiretas de homicídios (Júri):** menção a familiares, inclusive quando o autor é agente de segurança pública, demandando acolhimento psicossocial específico.

Contribuições Relevantes para Transversalidade

A seguir apresentamos as **contribuições-chave para a transversalidade** da atuação no tema “acolhimento e proteção às vítimas”, possíveis de fundamentar **ações abrangentes** em projetos futuros:



Integração intrainstitucional entre áreas do MPCE

- **Contribuição transversal:** o tema exige coordenação entre ramos (p. ex., infância/juventude, criminal, família, DH, controle externo), porque a mesma vítima pode demandar atuação simultânea em mais de uma área. Há relato explícito de ausência de “comunicação fluida” entre áreas e sugestão de **sistema de notificação interna** para membros/servidores sobre vítimas atendidas, para troca rápida de informações.
- **Possibilidade de ações:** registro/alerta interno de casos de vítimas, rotinas mínimas de comunicação entre promotorias e padronização de encaminhamentos.

Fortalecimento da atuação em rede e da intersetorialidade

- **Contribuição transversal:** as respostas abertas apontam que a proteção efetiva depende de fluxos e pactos com a rede (“fortalecer a rede interinstitucional”, “diálogo com escolas, unidades de saúde, assistência social e conselhos tutelares”, “criação de protocolos integrados entre diversos órgãos”).

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- **Evidência consolidada:** no formulário, “Articulação da rede intersetorial” aparece como instrumento relevante para qualificar a atuação local (8 marcações).
- **Ações:** protocolo intersetorial regionalizado, atuação em rede por território e pactuação de responsabilidades.

Padronização de fluxos/protocolos para reduzir revitimização e dar previsibilidade

- **Contribuição transversal:** a falta de fluxo aparece como problema recorrente (“ausência de fluxo definido”, “criar fluxos específicos abarcando órgãos sociais, segurança e justiça”, “criação de fluxo padronizado”).
- **Evidência consolidada:** “Protocolos e fluxos de acolhimento” figura entre os instrumentos do NUAUV mais relevantes (10 marcações).
- **Ações:** protocolo mínimo de acolhimento (porta de entrada, escuta, encaminhamento, acompanhamento), aplicável a criminal/família/infância/júri/DH.

Comunicação estruturada com vítimas e familiares

- **Contribuição transversal:** respostas relatam “falta de informações e de contato com a promotoria”, necessidade de “canal de atendimento às famílias... comunicação direta com o membro”, e foco em “comunicação clara e humanizada” com vítimas/familiares (inclusive no Júri).
- **Evidência consolidada:** no bloco de melhorias na comunicação institucional, aparecem sugestões de centralizar orientação e ampliar suporte informativo/psicológico no contexto do julgamento.
- **Ações:** central de orientação/contato (multicanal), scripts de comunicação humanizada e rotina de atualização processual para reduzir retração e desistência.

Capacitação transversal (MPCE + rede) em escuta especializada, depoimento especial e atuação humanizada

- **Contribuição transversal:** as respostas abertas registram baixa capacitação da rede (“não tem noção do que é escuta especializada”), dependência de curso do MP e necessidade de ampliar/replicar capacitações; também há menção à demora para depoimento especial.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- **Evidência consolidada:** “Capacitações técnicas” aparece entre os instrumentos mais relevantes (7 marcações) e há destaque para escuta/depoimento nas respostas consolidadas.
- **Ações:** trilhas formativas modulares para membros/servidores e para a rede municipal, com foco em violência sexual e atendimento sem revitimização.

Ações Estratégicas NUAVV/MPCE (Biênio 26-27)



A partir da matriz SWOT consolidada, boas práticas, casos emblemáticos e contribuições transversais fornecidas, elaboramos algumas ações.



Elas potencializam forças (adesão normativa, boas práticas), corrigem fraquezas (fluxos ausentes, sobrecarga), exploram oportunidades (tecnologia, transversalidade) e mitigam ameaças (prejuízos patrimoniais, judicialização).

1) Protocolo Institucional de Acolhimento às Vítimas

Justificativa: Respostas indicam ausência ou fragilidade de fluxos, revitimização e dependência de iniciativas individuais.

Descrição: Elaborar e difundir protocolo mínimo (escuta, encaminhamento, acompanhamento e comunicação), aplicável a áreas criminal, infância, família, júri e DH.
#protocolos #acolhimento

2) Fluxo Integrado para Violência Sexual (Escuta/Depoimento)

Justificativa: Violência sexual é o tema mais recorrente; há déficit de escuta especializada e demora no depoimento especial.

Descrição: Padronizar fluxo com rede e sistema de justiça, priorizando escuta qualificada, proteção e redução de revitimização.

#violenciasexual #escutaespecializada

3) Sistema Interno de Notificação de Casos de Vítimas

Justificativa: Relatos apontam ausência de comunicação fluida entre áreas do MPCE.

Descrição: Criar mecanismo interno de aviso/registro de casos para integração entre promotorias e atuação coordenada.

#transversalidade #integração



Comunicação Centralizada

Implantação de um canal padronizado, multicanal e humanizado para orientação direta processual e de direitos às vítimas e familiares.



Apoio Psicossocial Contínuo

Indução de parcerias para garantir acolhimento psicológico contínuo: antes, durante e após eventos judiciais críticos (como o Tribunal do Júri).



Capacitação Escalonada

Oferta de trilhas formativas modulares em atuação humanizada para membros e servidores do MPCE, com expansão estratégica para treinar agentes da rede municipal.

4) Canal de Orientação e Comunicação com Vítimas e Familiares

Justificativa: Falta de informação e contato com a promotoria é recorrente; há pedidos por canal direto.

Descrição: Implantar canal padronizado de orientação processual e direitos, com linguagem clara e humanizada.

#comunicação #vítimas

5) Plano de Capacitação Escalonada (MPCE + Rede)

Justificativa: Respostas indicam baixa capacitação da rede em escuta especializada e fluxos.

Descrição: Ofertar trilhas formativas modulares e replicáveis, com indução para municípios ampliarem capacitações.

#capacitação #rede

6) Interiorização e Pontos de Apoio Regionais do NUAVV

Justificativa: Centralização de serviços e longas distâncias dificultam acolhimento imediato no interior.

Descrição: Estruturar polos/pontos de apoio regionais para atendimento e articulação local da rede.

#interiorização #NUAVV

7) Fluxo Intersectorial para Deslocamento Forçado

Justificativa: Há registros de expulsão de famílias por facções e baixa articulação para reassentamento.

Descrição: Pactuar fluxo permanente com assistência, habitação, saúde e segurança para proteção e reassentamento.

#deslocamentoforcado #rede

8) Acompanhamento Psicossocial Contínuo (Vítimas e Familiares)

Justificativa: Falta de apoio psicossocial contribui para retração e desistência das vítimas.

Descrição: Induzir acolhimento contínuo (antes, durante e após o processo), com parcerias locais quando necessário. #psicossocial #acolhimento

9) Protocolo de Comunicação no Tribunal do Júri

Justificativa: Demandas por orientação, transparência e redução de revitimização no júri são recorrentes.

Descrição: Definir rotinas de contato prévio, orientação e acompanhamento de vítimas diretas e indiretas. #juri #vítimasindiretas

10) Governança de Rede por Território

Justificativa: Fragilidade da articulação local e respostas descoordenadas da rede são frequentes.

Descrição: Instituir arranjos territoriais com responsabilidades claras, reuniões periódicas e fluxos pactuados. #intersetorialidade #governança

11) Kit de Atuação para Casos Complexos

Justificativa: Respostas indicam necessidade de apoio institucional e orientação prática aos membros.

Descrição: Disponibilizar guias, modelos e checklists para violência sexual, júri e deslocamento forçado. #casoscomplexos #apoioinstitucional

12) Padronização de Registros e Indicadores de Acolhimento

Justificativa: Uso irregular de registros/indicadores dificulta monitoramento e resposta institucional.

Descrição: Definir campos mínimos de registro e indicadores básicos para acompanhamento das demandas. #indicadores #monitoramento

VINCULAÇÃO CNMP

O cruzamento evidencia **forte aderência estrutural** entre o diagnóstico do NUAUV e o **RADAR/CNMP 2026**, especialmente nos eixos de **atuação em rede, crimes violentos, cultura de dados, comunicação institucional e capacitação**. Isso permite **ancorar os projetos do PGA 2026–2027** em diretrizes nacionais, potencializando coerência e legitimidade.

**MPCE**Ministério Público
do Estado do Ceará**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA****O Que Faremos (Ceará)****Fluxos para Violência Sexual****Apoio Psicossocial Contínuo****Sistema Interno de Notificação****Canal de Orientação às Vítimas****Diretriz Nacional**RADAR 1.2.1.1
(Priorização de Crimes Violentos)RADAR 1.4.06.2
(Defesa do Direito à Saúde Mental)RADAR 2.1.2.1 (Estruturação de
Ciência de Dados)RADAR 3.3.1.1 (Melhoria da
Comunicação com a Sociedade)

AÇÃO PROPOSTA	INICIATIVA CNMP	ADERÊNCIA	JUSTIFICATIVA
Protocolo Institucional de Acolhimento às Vítimas	1.3.1.1 – Atuação em rede e cooperação entre MPs	Alta	Protocolos de acolhimento estruturam atuação em rede e padronização nacional, conforme diretriz RADAR.
Fluxo Integrado para Violência Sexual (Escuta/Depoimento)	1.2.1.1 – Priorização de crimes violentos e organizações criminosas	Alta	Violência sexual aparece no Forms como prioridade; RADAR orienta concentração e qualificação da persecução.
Sistema Interno de Notificação de Casos de Vítimas	2.1.2.1 – Estruturação de Ciência de Dados nos MPs	Alta	Notificação interna e compartilhamento de casos fortalecem cultura de dados e decisão estratégica.
Canal de Orientação e Comunicação com Vítimas e Familiares	3.3.1.1 – Melhoria da comunicação com a sociedade	Alta	A ação responde diretamente à diretriz de aprimorar comunicação institucional e percepção social.
Plano de Capacitação Escalonada (MPCE + Rede)	3.4.2.1 – Desenvolvimento de competências técnicas	Alta	Capacitação técnica é eixo expresso do RADAR e demanda recorrente nas respostas abertas.
Fluxo Intersetorial para Deslocamento Forçado	1.2.1.1 – Organizações criminosas	Alta	Deslocamento forçado por facções aparece no Forms e se conecta à priorização nacional do tema.
Acompanhamento Psicossocial Contínuo	1.4.06.2 – Defesa do direito à saúde mental	Alta	A ação dialoga diretamente com a diretriz de proteção à saúde mental e serviços adequados.
Governança de Rede por Território	1.3.1.1 – Atuação em rede entre MPs e parceiros	Alta	Governança territorial concretiza a diretriz de atuação articulada e cooperativa.
Kit de Atuação para Casos Complexos	3.2.2.1 – Padronização de processos	Alta	Kits operacionais reforçam padronização e qualidade da atuação finalística.
Padronização de Registros e Indicadores	2.1.2.2 – Melhoria da taxonomia nacional	Alta	Indicadores e registros estruturados aderem diretamente à diretriz de mensuração e resultados.

Achados relevantes



1) Baixa percepção institucional sobre violência institucional

Registro relevante: Em perguntas sobre existência de violência institucional e órgãos mais denunciados, há **alto volume de respostas “não sei informar”**, inclusive em comarcas com atuação criminal.

Justificativa: O dado não indica inexistência do fenômeno, mas **invisibilidade institucional**, fragilidade de registro e ausência de fluxo claro de responsabilização — risco relevante para a confiança das vítimas.

2) Reconhecimento explícito de que vítimas “desistem” ou “se retraem” por medo e falta de apoio

Registro relevante: Várias respostas abertas afirmam que vítimas deixam de colaborar ou retomam relações abusivas por **medo, dependência econômica/emocional e ausência de suporte**.

Justificativa: Trata-se de um achado crítico, pois conecta **ineficiência da rede à perda de efetividade da persecução**, indo além de problema assistencial.

3) Demora do Judiciário (TJCE) no depoimento especial como gargalo recorrente

Registro relevante: Mais de uma resposta aberta menciona **demora significativa do TJCE** para realização de depoimento especial.

Justificativa: O ponto é sensível porque **gera revitimização** e compromete a produção probatória, mas não aparece de forma destacada nos gráficos — emerge apenas na leitura qualitativa.

4) Deslocamento forçado tratado como fenômeno real, porém sem política estruturada

Registro relevante: Há respostas que descrevem comunidades dominadas por facções, expulsão de famílias e líderes comunitários coagidos, ao lado de respostas “não sei informar”.

Justificativa: O contraste revela que o fenômeno **existe**, mas **não é sistematicamente reconhecido ou classificado**, reforçando a ameaça de invisibilidade institucional.

5) Comunicação interna do MPCE identificada como gargalo explícito

Registro relevante: Há manifestação direta de que **não existe comunicação fluida entre áreas do MPCE** que atendem vítimas (ex.: infância × criminal).

Justificativa: Este é um achado estratégico: aponta fragilidade **intrainstitucional**, não apenas da rede externa, e fundamenta ações transversais de governança e informação.

6) Dependência excessiva de iniciativas individuais como “modo de funcionamento”

Registro relevante: Expressões como “iniciativas individuais”, “não estruturado”, “depende do membro” aparecem de forma recorrente.

Justificativa: O dado evidencia risco institucional: boas práticas existem, mas **não são política**, o que gera desigualdade territorial e insegurança para vítimas.

7) Ausência de estrutura mínima em delegacias como fator de revitimização

Registro relevante: Há relatos objetivos de delegacias sem espaço adequado, sem privacidade e sem autoridade feminina, afetando diretamente a escuta.

Justificativa: O ponto conecta infraestrutura policial, gênero e acolhimento, reforçando a necessidade de atuação integrada MP–segurança pública.

Esses achados não são secundários. Eles mostram, com bastante clareza, pontos que ainda permanecem **pouco visíveis** para a instituição, como a **violência institucional e o deslocamento forçado**, além de gargalos importantes, como a **comunicação interna, a demora do Judiciário e a insuficiência de apoio psicossocial**.

Também evidenciam um problema estrutural: em muitos casos, a atuação ainda depende excessivamente da **iniciativa individual** de membros e servidores. Ao registrar esses aspectos, o diagnóstico ganha força porque deixa claro que o desafio do MPCE não está apenas em ampliar sua atuação, mas em organizar melhor seus fluxos, integrar áreas e dar visibilidade ao que hoje ainda acontece de forma dispersa e fragmentada.

CONCLUSÃO

O Desafio

O desafio que se impõe não é apenas ampliar a nossa atuação, mas organizá-la, integrá-la e torná-la sustentável.

Este diagnóstico evidencia que o MPCE já atua de forma relevante no acolhimento e proteção às vítimas de violência, apoiado no comprometimento e na sensibilidade dos membros, mas ainda enfrenta **fragilidades estruturais**, como a ausência de fluxos padronizados, limitações da rede de proteção, dificuldades de comunicação interna e externa e forte dependência de iniciativas individuais. Ao mesmo tempo, os dados revelam **oportunidades concretas de avanço**, especialmente na institucionalização de boas práticas, na atuação em rede, na qualificação da escuta e no fortalecimento do apoio psicossocial, com atenção especial às realidades do interior do Estado.

A consolidação dessas agendas no Plano Geral de Atuação 2026–2027 permitirá transformar experiências pontuais em políticas institucionais consistentes, alinhadas às diretrizes nacionais e às demandas reais identificadas nas Promotorias de Justiça. **O desafio que se impõe não é apenas ampliar a atuação, mas organizá-la, integrá-la e torná-la sustentável, para que nenhuma vítima dependa do acaso ou do esforço individual para ser acolhida com dignidade.**



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA



Para que nenhuma vítima dependa do
acaso ou do esforço individual para ser
acolhida com dignidade.

Ministério Público do Estado do Ceará | SEPLAN

Elaborado pela SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Modernização Administrativa